

Dados relativos às rendas medianas em novos contratos de arrendamento para as freguesias do Porto e município do Porto, 2º semestre de 2020 retificados – na versão original publicada em 29 de março, apresentavam-se os dados referentes ao 2º semestre de 2019 –, com impacto na análise da página 10 e figuras 13 e 14 da página 11 sobre a variável mencionada.

Estatísticas de Rendas da Habitação ao nível local

2º semestre de 2020

Número de novos contratos de arrendamento aumentou +19,4% face ao trimestre homólogo, mas foi menor o crescimento das rendas

No 4º trimestre de 2020 a variação homóloga do valor da renda mediana de novos contratos foi positiva (+3,8%) no país, mas menor do que a observada no trimestre anterior (+5,2%), tendo, porém, o aumento do número de novos contratos de arrendamento (+19,4%) superado o registado no 3º trimestre (+10,7%).

No entanto, foi muito heterogénea a evolução das rendas no território. Em 15 dos 24 municípios com mais de 100 mil habitantes houve uma redução das rendas medianas. Nas áreas metropolitanas destacavam-se com valores de novos contratos de arrendamento mais elevados e simultaneamente com diminuição homóloga das rendas medianas, os municípios de Lisboa (-9,1%), Oeiras (-8,1%), Porto (-7,7%), Cascais (-3,7%) e Amadora (-2,7%). Em 18 dos 24 municípios com mais de 100 mil habitantes houve uma redução das taxas de variação homóloga das rendas medianas respeitantes ao 4º trimestre relativamente às taxas observadas no trimestre anterior. As reduções foram mais intensas que o padrão nacional (-1,4 pontos percentuais) em 14 municípios destacando-se, Santa Maria da Feira (-14,2 p.p.), Gondomar (-12,8 p.p.) e Coimbra (-11,3 p.p.) e, a alguma distância, também Sintra (-7,2 p.p.) e Porto (-6,0 p.p.).

Nas Estatísticas de Rendas da Habitação (ver nota técnica no final do destaque), os valores publicados, salvo indicação em contrário, referem-se à **mediana** (valor que separa em duas partes iguais o conjunto ordenado das rendas por metro quadrado) das rendas de **novos contratos** de arrendamento de alojamentos familiares (€/m²). A mediana é identificada no período correspondente ao ano acabado em cada semestre. Também o número de novos contratos de arrendamento se refere aos contratos celebrados nos últimos 12 meses.

Neste destaque apresentam-se ainda **resultados trimestrais** dos valores medianos das rendas de novos contratos e do número de novos contratos de arrendamento para sub-regiões NUTS III e municípios com 100 mil ou mais habitantes, atendendo ao volume significativo de observações disponíveis. Esta opção permite uma análise das dinâmicas mais recentes do mercado de arrendamento mas condiciona a apresentação de resultados para pequenos domínios territoriais.

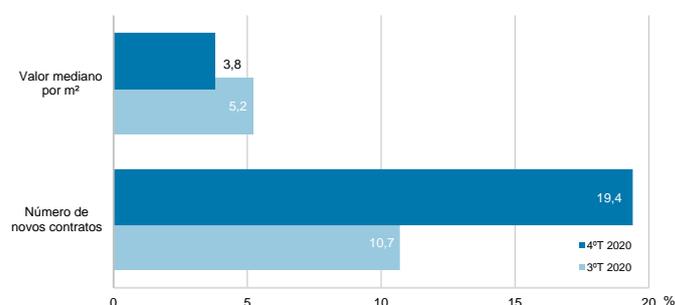
Tal como para as edições anteriores, em www.ine.pt é disponibilizada informação adicional considerando esta forma de apuramento, na opção Informação Estatística, Dados Estatísticos, Base de dados (hiperligações para os indicadores no final do destaque).

O resto deste destaque está organizado em duas secções. Na primeira, analisam-se resultados trimestrais para o país. Na segunda, apresentam-se como habitual – resultados de frequência semestral correspondentes aos últimos 12 meses acabados no semestre de referência, neste caso o 2º semestre de 2020 – para o país, sub-regiões NUTS III, municípios e freguesias de Lisboa e Porto.

I. Resultados trimestrais

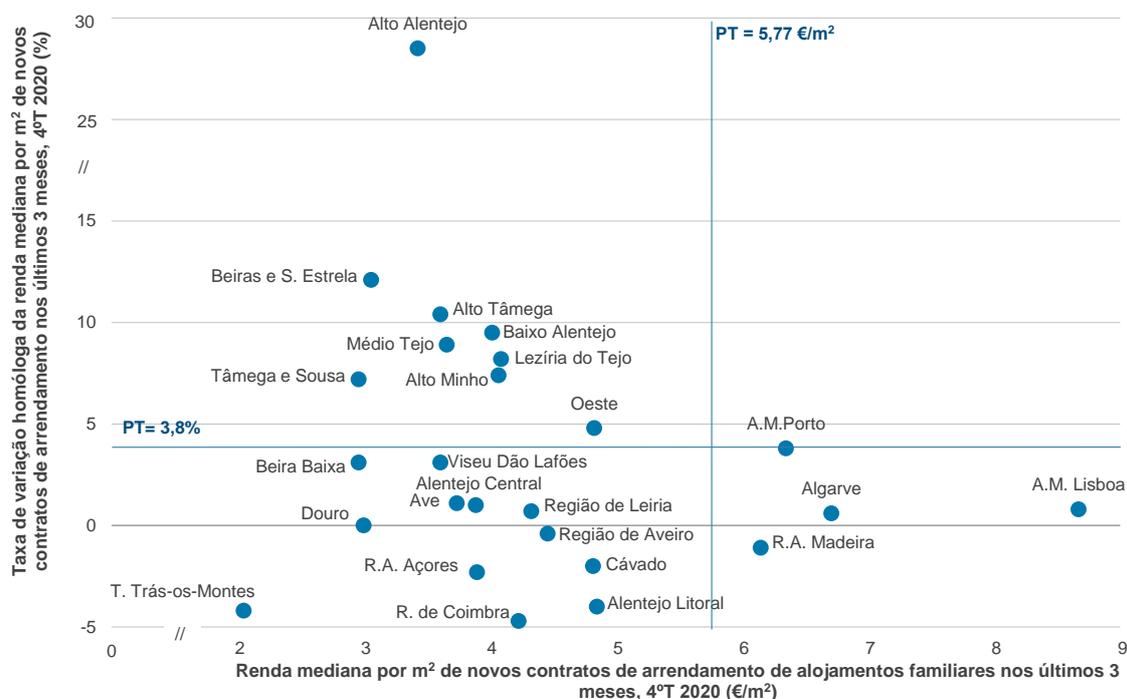
No 4º trimestre de 2020 (últimos 3 meses), a renda mediana dos 22 029 novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares em Portugal atingiu 5,77 €/m². Este valor representa um aumento, face ao período homólogo de 2019, de +3,8%, abaixo da taxa de variação homóloga observada no 3º trimestre, +5,2%. No 4º trimestre de 2020, o número de novos contratos de arrendamento no país aumentou +19,4% face ao mesmo período do ano anterior (+10,7% no trimestre anterior).

Figura 1: Taxas de variação homóloga do da renda mediana por m² e do número de novos contratos de arrendamento para Portugal nos 3ºT 2020 e 4ºT 2020



No 4º trimestre de 2020, em 7 das 25 NUTS III, o valor mediano das rendas diminuiu face ao 4º trimestre de 2019, com reduções que oscilaram entre -4,7% (Região de Coimbra) e -0,4% (Região de Aveiro). Do conjunto das sub-regiões com valores medianos de rendas superiores ao nacional – Área Metropolitana de Lisboa, Algarve, Área Metropolitana do Porto e Região Autónoma da Madeira –, apenas a Região Autónoma da Madeira registou uma diminuição homóloga dos valores de arrendamento face ao período homólogo (-1,1%). O Alto Alentejo apresentou o maior aumento da renda mediana (+28,5%).

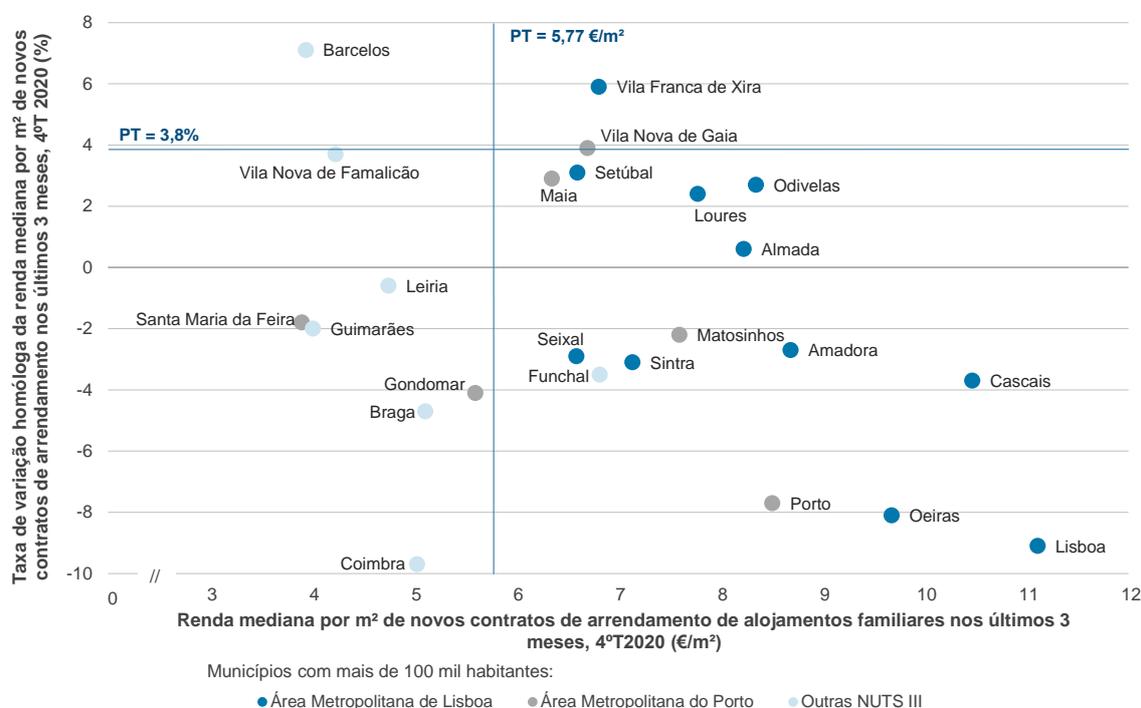
Figura 2: Renda mediana por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, e taxa de variação homóloga correspondente por NUTS III e Portugal no 4ºT 2020



No 4º trimestre de 2020, nos 24 municípios com mais de 100 mil habitantes, é de referir que todos os municípios das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, com exceção, nesta última, de Santa Maria da Feira e Gondomar, registaram rendas medianas superiores à nacional, mas variações homólogas diferenciadas. Assim, destacam-se com valores de novos contratos de arrendamento mais elevados e com diminuição nos valores de rendas, os municípios de Lisboa (-9,1%), Oeiras (-8,1%), Porto (-7,7%), Cascais (-3,7%) e Amadora (-2,7%). Em sentido inverso, com aumento dos valores de rendas, destacam-se Odivelas (+2,7%) e Almada (+0,6%).

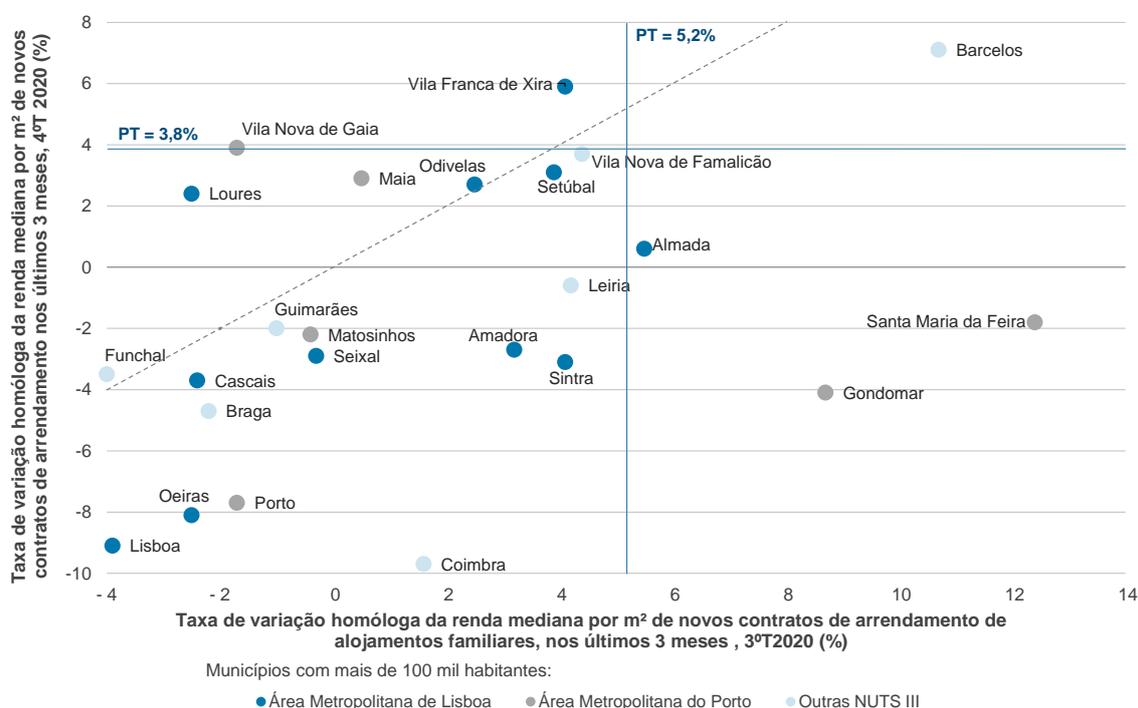
Para além dos municípios das áreas metropolitanas, apenas o Funchal apresentou uma renda mediana superior à nacional (6,82 €/m²), tendo, porém, registado uma redução do seu valor (-3,5%).

Figura 3: Renda mediana por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, e taxa de variação homóloga correspondente nos municípios com mais de 100 mil habitantes no 4ºT 2020



A figura seguinte representa a posição dos municípios com mais de 100 mil habitantes num referencial que conjuga a taxa de variação homóloga no 3º trimestre (eixo das abcissas) e a taxa de variação homóloga no 4º trimestre (eixo das ordenadas). A bisetritz (linha a tracejado) representa a igualdade das taxas e evidencia que, para 18 dos 24 municípios com mais de 100 mil habitantes, houve uma redução das taxas de variação homóloga das rendas medianas (municípios abaixo da bisetritz). As reduções foram inferiores ao padrão nacional (-1,4 pontos percentuais) em 14 municípios, sendo que em 12 a renda mediana apresentou mesmo uma variação negativa face ao 4º trimestre de 2019, destacando-se as situações de Santa Maria da Feira (-14,2 p.p.), Gondomar (-12,8 p.p.) e Coimbra (-11,3 p.p.) e, a alguma distância, também Sintra (-7,2 p.p.) e Porto (-6,0 p.p.).

Figura 4: Taxas de variação homóloga da renda mediana por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares nos municípios com mais de 100 mil habitantes e nos 3ºT 2020 e 4ºT 2020



II. Resultados semestrais (últimos 12 meses acabados no semestre)

Área Metropolitana de Lisboa, Algarve, Área Metropolitana do Porto e Região Autónoma da Madeira registaram valores de renda em novos contratos acima do valor nacional, tendo-se verificado, em geral, uma tendência de abrandamento dos valores das rendas do 1º e 2º semestre de 2020

No 2º semestre de 2020 (últimos 12 meses), a renda mediana dos 79 878 novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares em Portugal atingiu 5,61 €/m², aumentando +5,5% face ao período homólogo. No semestre anterior essa taxa tinha sido +9,3%. À semelhança do semestre anterior, verificou-se um aumento no número de novos contratos celebrados relativamente ao mesmo período do ano anterior: +9,7% (+3,8% no semestre anterior).

O valor das rendas situou-se acima do valor nacional nas sub-regiões Área Metropolitana de Lisboa (8,57 €/m²), Algarve (6,63 €/m²), Área Metropolitana do Porto (6,12 €/m²) e Região Autónoma da Madeira e (5,99 €/m²).

À semelhança de semestres anteriores, a Área Metropolitana de Lisboa concentrou cerca de um terço dos novos contratos de arrendamento (26 461). As áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto representaram, em conjunto, 50% do total de novos contratos do país e o Algarve 5,9%. O Baixo Alentejo apresentou o menor número de novos contratos de arrendamento (448).

Figura 5: Proporção de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares no total de novos contratos de arrendamento do país, NUTS III, 2ºS 2020

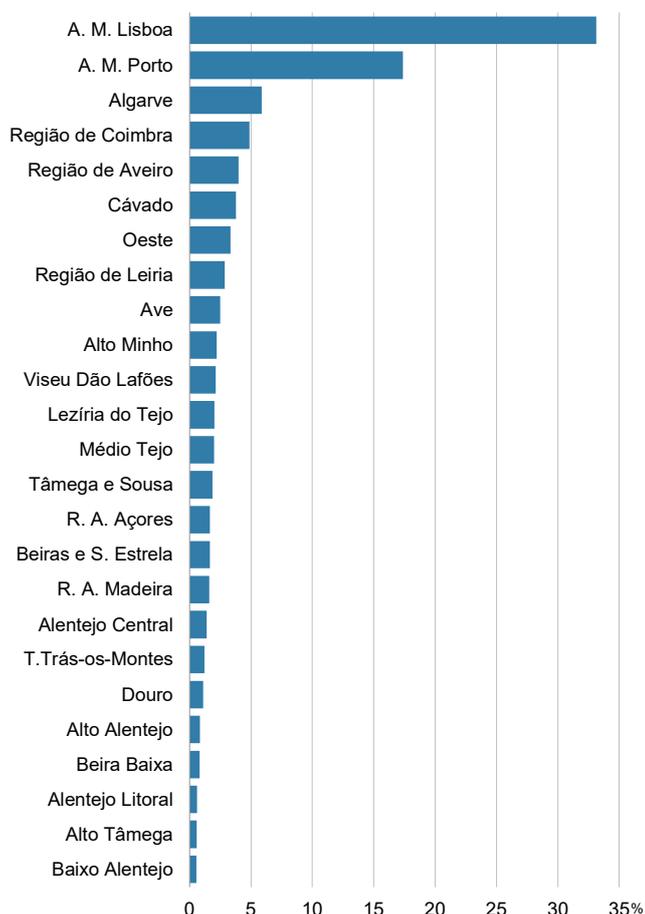
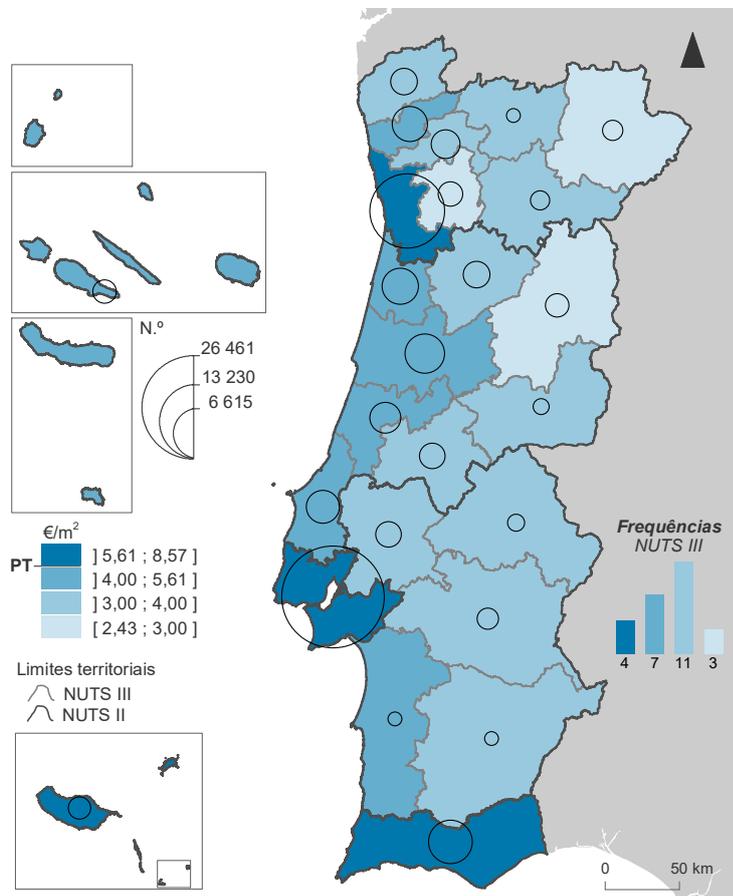


Figura 6 Renda mediana por m² e número de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares em Portugal e NUTS III no 2ºS 2020

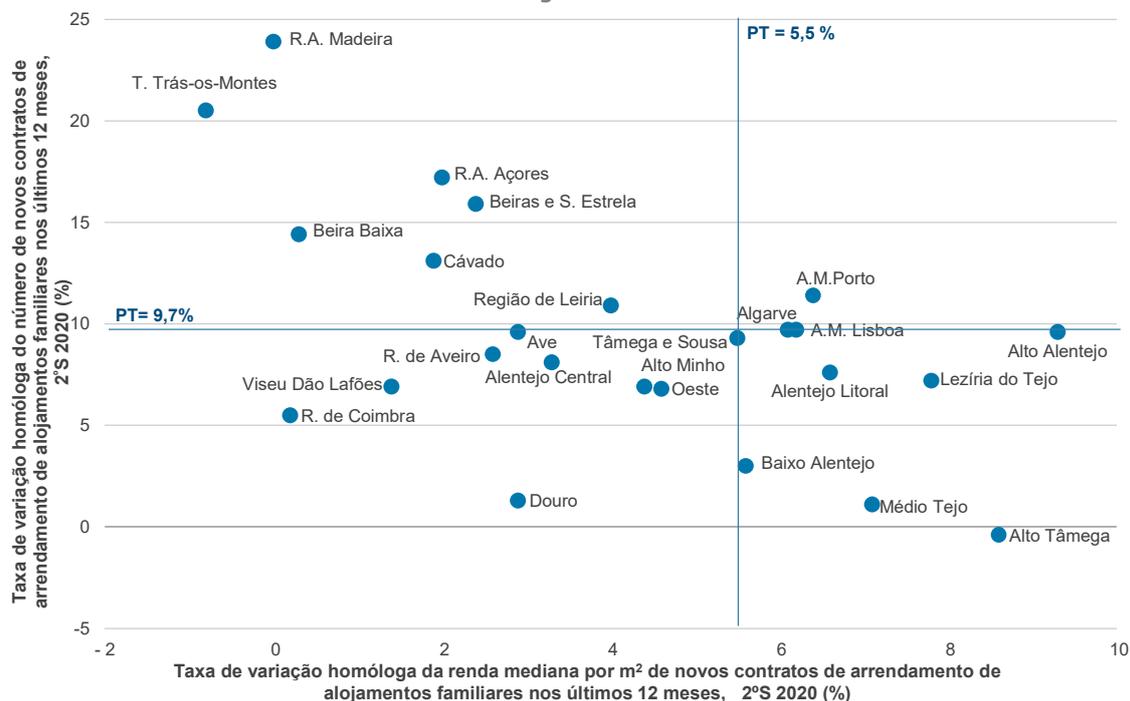


No 2º semestre de 2020 (últimos 12 meses), a sub-região NUTS III Alto Tâmega (-0,4%) foi a única a registar uma diminuição do número de novos contratos de arrendamento, face ao período homólogo. Nas restantes sub-regiões aumentou o número de novos contratos, salientando-se os crescimentos na Região Autónoma da Madeira (+23,9%), Terras de Trás-os-Montes (+20,5%), Região Autónoma dos Açores (+17,2%) e Beiras e Serra da Estrela (+15,9%).

Face ao período homólogo, no 2º semestre de 2020 a renda mediana aumentou em todas as sub-regiões, com exceção de Terras de Trás-os-Montes e Região Autónoma da Madeira. O Alto Alentejo (+9,3%), o Alto Tâmega (+8,6%), a Lezíria do Tejo (+7,8%) e o Médio Tejo (+7,1%) registaram os maiores crescimentos homólogos. Destacaram-se ainda, com taxas de variação superiores à nacional (+5,5%), as sub-regiões Alentejo Litoral (+6,6%), Área Metropolitana do Porto (+6,4%), Área Metropolitana de Lisboa (+6,2%), Algarve (+6,1%) e Baixo Alentejo (+5,6%).

Note-se, contudo, que a taxa de variação homóloga entre o 1º e o 2º semestre de 2020 diminuiu em 12 das 25 NUTS III, acompanhando tendência verificada no país.

Figura 7: Taxas de variação homóloga da renda mediana por m² e do número de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares em Portugal e NUTS III no 2ºS 2020



Trinta e quatro municípios registaram rendas em novos contratos de arrendamento destinados à habitação superiores ao valor nacional 5,61 €/m²

No 2º semestre de 2020 (últimos 12 meses), 34 municípios apresentaram rendas acima do valor nacional. Lisboa apresentou o valor mais elevado (11,46 €/m²), destacando-se ainda, com valores iguais ou superiores a 7 €/m², Cascais (10,42 €/m²), Oeiras (10,01 €/m²), Amadora (8,76 €/m²), Porto (8,70 €/m²), Odivelas (8,26 €/m²), Almada (8,20 €/m²), Matosinhos (7,72 €/m²), Loures (7,58 €/m²), Lagos (7,50 €/m²), Loulé (7,44 €/m²), Albufeira (7,31 €/m²), Portimão e Sintra (ambos com 7,14 €/m²).

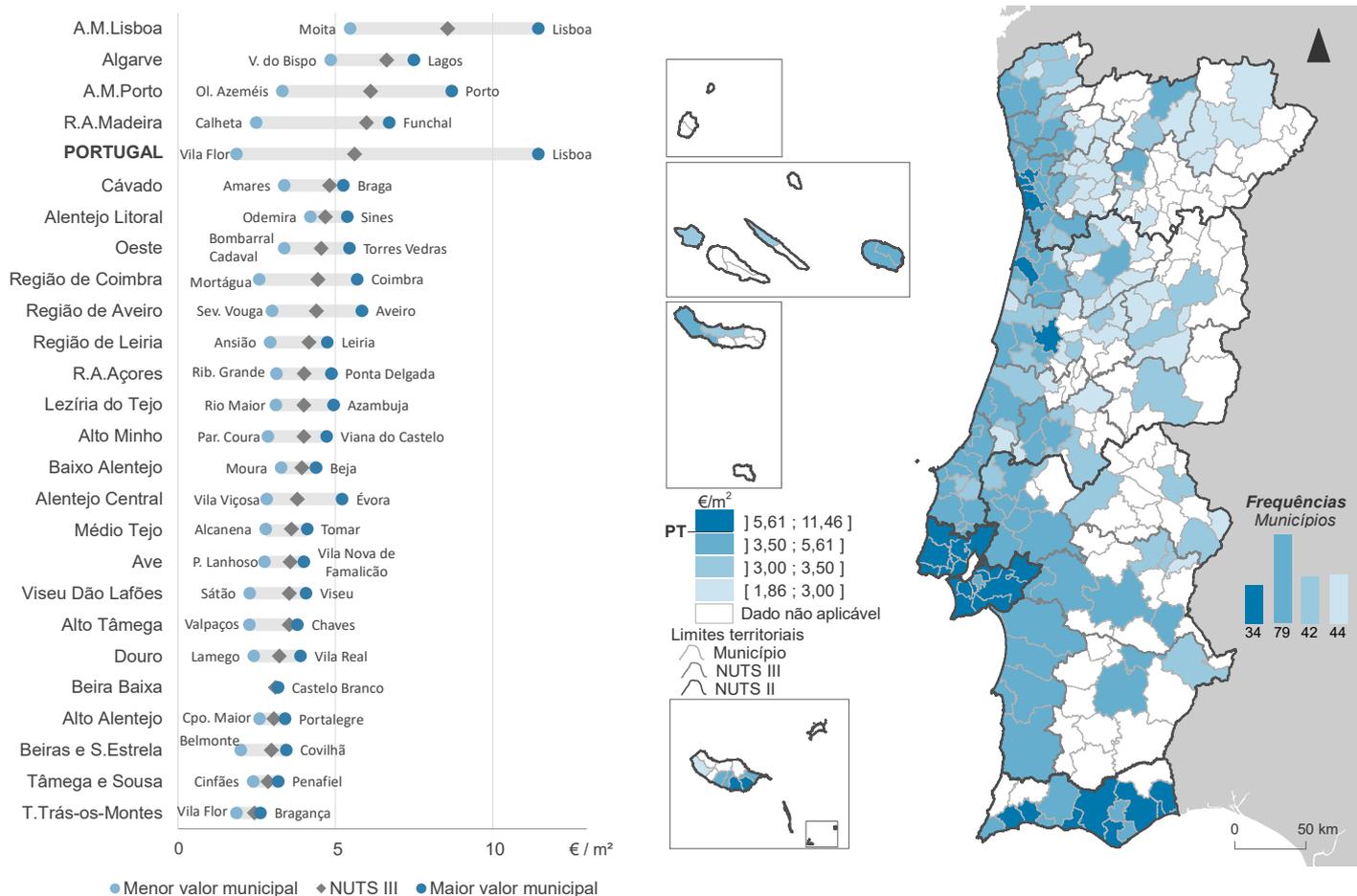
O padrão territorial das rendas por m² de novos contratos de arrendamento destacava, com valores superiores ao do país, os municípios da Área Metropolitana de Lisboa (17 em 18 municípios), do Algarve (8 em 16) e da Área Metropolitana do Porto (5 em 17). Nas restantes NUTS III, assinalam-se, com rendas superiores ao valor nacional, os municípios do Funchal (6,72 €/m²) e Santa Cruz (5,70 €/m²) (na Região Autónoma da Madeira), Aveiro (5,85 €/m²) e Coimbra (5,70 €/m²).

No período em análise, 44 municípios registaram valores de novos contratos de arrendamento destinados à habitação inferiores ou iguais a 3 €/m², localizados maioritariamente nas regiões NUTS II Centro (22 em 100 municípios) e Norte (19 em 86).

A Área Metropolitana de Lisboa foi a sub-região NUTS III com maior amplitude das rendas medianas entre municípios (5,99 €/m²): o menor valor foi registado na Moita (5,47 €/m²) e o maior em Lisboa (11,46 €/m²). As NUTS III Área Metropolitana do Porto (5,38 €/m²), Região Autónoma da Madeira (4,23 €/m²) e Região de Coimbra (3,12 €/m²) registaram também um diferencial entre municípios superior a 3,00 €/m².

O município de Lisboa registou o maior número de contratos de arrendamento do país, 7 968 novos contratos celebrados nos últimos 12 meses, +18,6% que no período homólogo. Assinala-se ainda, com um número de novos contratos superior a 2 500, o Porto (3 700), Sintra (2 822) e Vila Nova de Gaia (2 619).

Figura 8: Renda mediana por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares em Portugal, NUTS III e município no 2ºS 2020



Nota: Os valores mínimo e máximo municipais nas NUTS III são relativos aos municípios com 30 ou mais observações.

Vila Franca de Xira, Odivelas e Leiria salientaram-se, entre os municípios com mais de 100 mil habitantes, por registarem taxas de variação homóloga das rendas medianas superiores a 7%

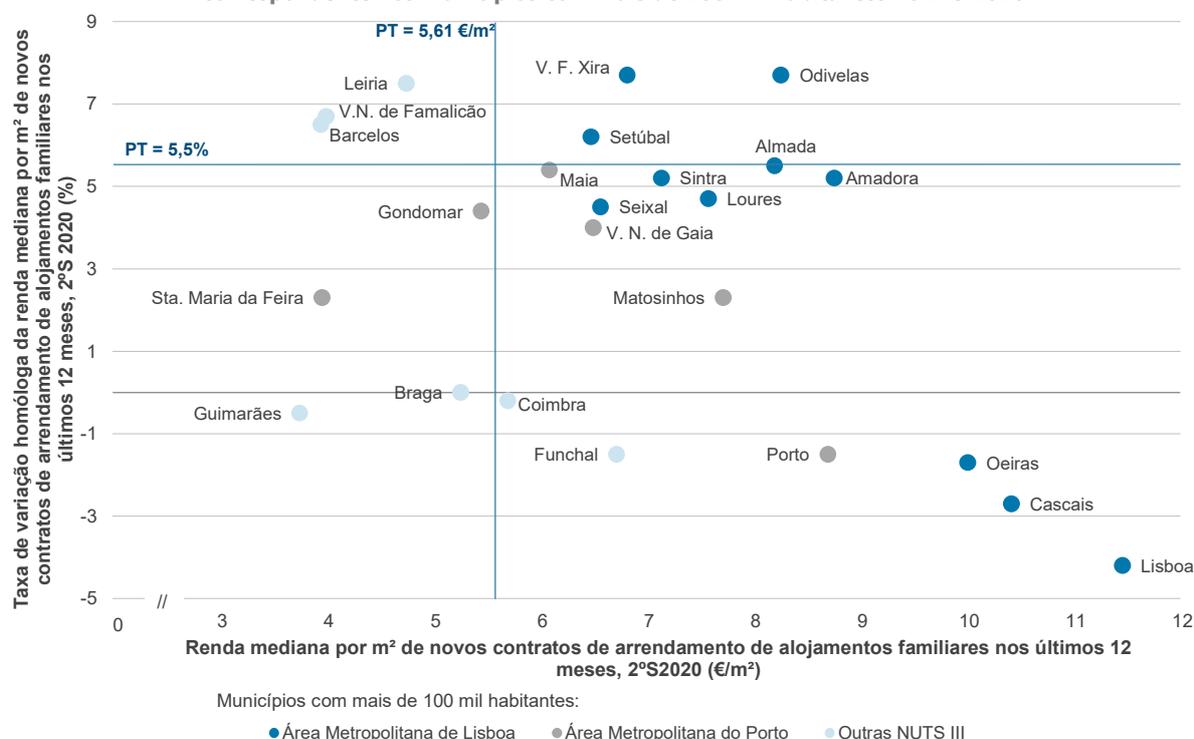
No 2º semestre de 2020 (últimos 12 meses), Vila Franca de Xira e Odivelas (ambos com +7,7%) e Leiria (+7,5%) destacaram-se, entre os 24 municípios com mais de cem mil habitantes, por registarem taxas de variação homólogas superiores a +7%.

Entre os municípios com mais de 100 mil habitantes, Vila Franca de Xira, Odivelas, Setúbal e Almada apresentaram, simultaneamente, um valor mediano das rendas em novos contratos de arrendamento destinados à habitação acima do valor nacional (5,61 €/m²) e taxas de variação, face ao período homólogo, superior ou igual à do país (+5,5%). Leiria (+7,5%), Vila Nova de Famalicão (+6,7%) e Barcelos (+6,5%) registaram também taxas de crescimentos homólogas superiores ao valor nacional.

Os municípios de Lisboa, Cascais, Oeiras, Amadora, Porto, Matosinhos, Loures, Sintra, Funchal, Seixal, Vila Nova de Gaia, Maia e Coimbra apresentaram taxas de variação homóloga dos valores de renda inferiores às verificadas no país e, simultaneamente, rendas de habitação em novos contratos acima do valor nacional.

No período em análise, Guimarães, Santa Maria da Feira, Braga e Gondomar foram os únicos municípios com mais de 100 mil habitantes a registar rendas da habitação em novos contratos de arrendamento e taxas de variação face ao período homólogo inferiores aos verificados em Portugal.

Figura 9: Renda mediana por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares e taxa de variação homóloga correspondente nos municípios com mais de 100 mil habitantes no 2ºS 2020



Em Lisboa, as freguesias de Penha de França e Beato foram as únicas com taxas de variação homóloga positivas da renda mediana

No 2º semestre de 2020 (últimos 12 meses), duas das 24 freguesias de Lisboa registaram valores medianos de novos contratos de arrendamento de habitação superiores a 13,00 €/m²: Santo António (13,83 €/m²) e Misericórdia (13,40 €/m²). Por outro lado, Santa Clara (7,95 €/m²), Marvila (10,00 €/m²) e Lumiar (10,24 €/m²) apresentaram os valores mais baixos.

Nesse período, 22 das 24 freguesias de Lisboa registaram taxas de variação homóloga negativas, sendo as freguesias da Penha de França (+5,0%) e Beato (+3,5%) as exceções.

As freguesias de Santo António, Campolide e São Domingos de Benfica registaram, simultaneamente, rendas acima do município de Lisboa (11,46 €/m²) e taxas de variação, face ao período homólogo, maiores que a verificada no município de Lisboa (-4,2%).

As freguesias de Santa Clara, Marvila, Lumiar, Alcântara, Alvalade e Belém registaram, no 2º semestre de 2020, valores de arrendamento e taxas de variação face ao período homólogo inferiores aos do município de Lisboa.

No 2º semestre de 2020 (últimos 12 meses), tal como no trimestre anterior, Arroios registou o maior número de novos contratos de arrendamento (704 contratos celebrados) e Marvila o menor (57).

Figura 10: Renda mediana por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares e taxas de variação homóloga correspondente no município de Lisboa e suas freguesias no 2ºS 2020

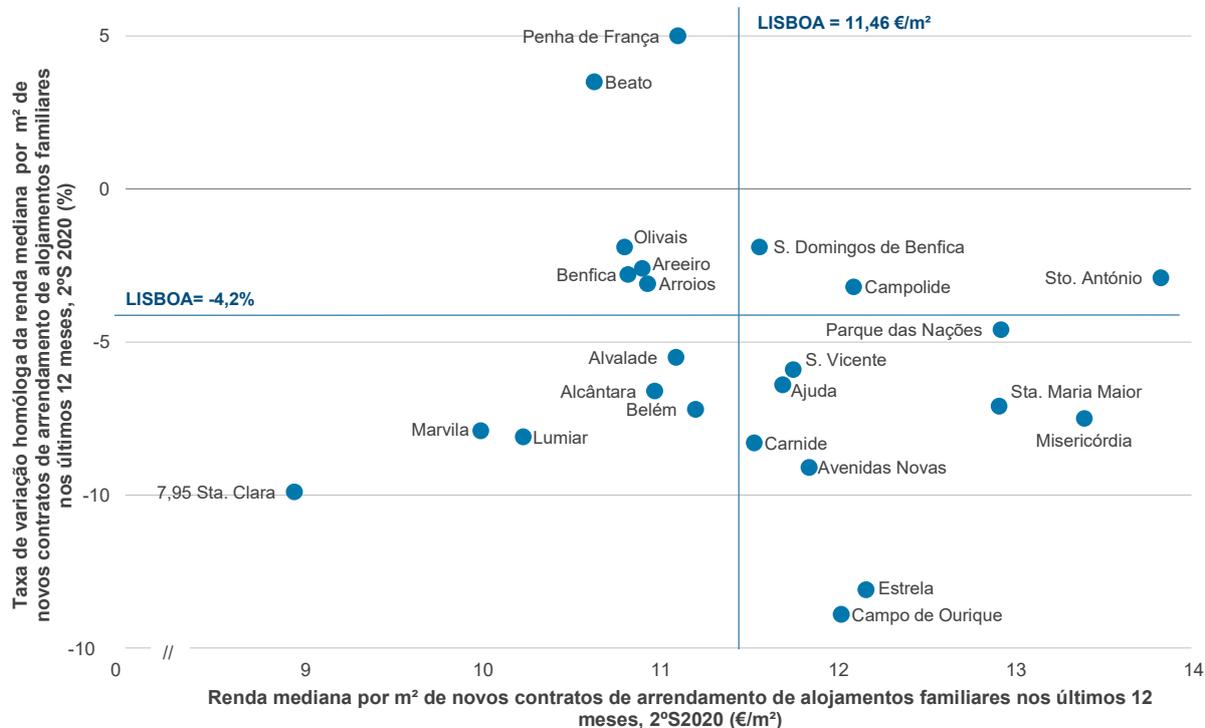


Figura 11: Renda mediana por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, Lisboa e freguesias, 2ºS 2020

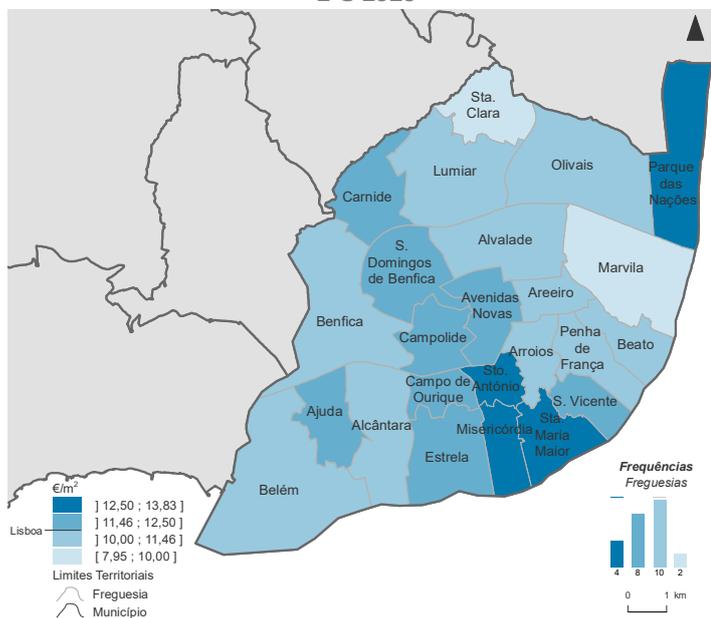
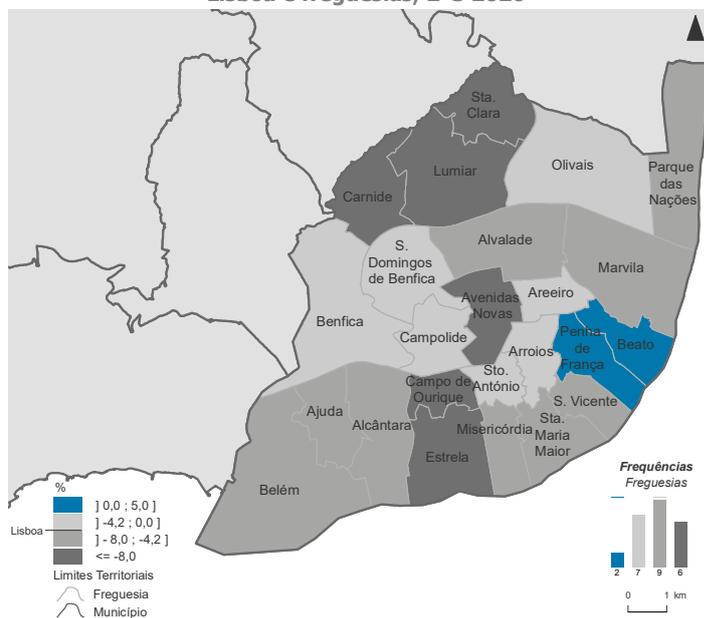


Figura 12: Taxa de variação homóloga da renda mediana por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, Lisboa e freguesias, 2ºS 2020



No Porto, Campanhã registou o menor valor de rendas de novos contratos (7,87 €/m²) e a maior taxa de variação do valor mediano (+4,4%)

No 2º semestre de 2020 (últimos 12 meses), a União das freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos destacou-se por registar o valor de rendas de novos contratos mais elevado (9,22 €/m²), entre as sete freguesias do município do Porto.

Paranhos registou um valor (8,17 €/m²) abaixo do valor do município do Porto (8,70 €/m²) e uma taxa de variação homóloga (-3,7%) inferior à do Porto (-1,5%). Tal como no semestre anterior, a freguesia de Campanhã registou, simultaneamente, a maior taxa de variação homóloga (+4,4%) e a menor renda mediana (7,87 €/m²) no município do Porto.

A União de freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde (9,03 €/m²) e a União de freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória (9,13 €/m²) apresentaram, simultaneamente, um valor mediano de rendas acima do valor do município do Porto (8,70 €/m²) e uma taxa de variação homóloga (-4,9% e -2,9%, respetivamente) inferior à verificada no Porto (-1,5%).

No período em análise, Bonfim e União de freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos destacaram-se por apresentarem rendas medianas e taxas de variação homóloga superiores ao verificado na cidade do Porto.

No 2º semestre de 2020 (últimos 12 meses), o número de novos contratos de arrendamento nas freguesias do município do Porto variou entre 1 016 contratos celebrados, na freguesia de Paranhos, e 210, na União das freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde.

Figura 13: Renda mediana por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares e taxa de variação homóloga correspondente no município do Porto e suas freguesias no 2ºS 2020

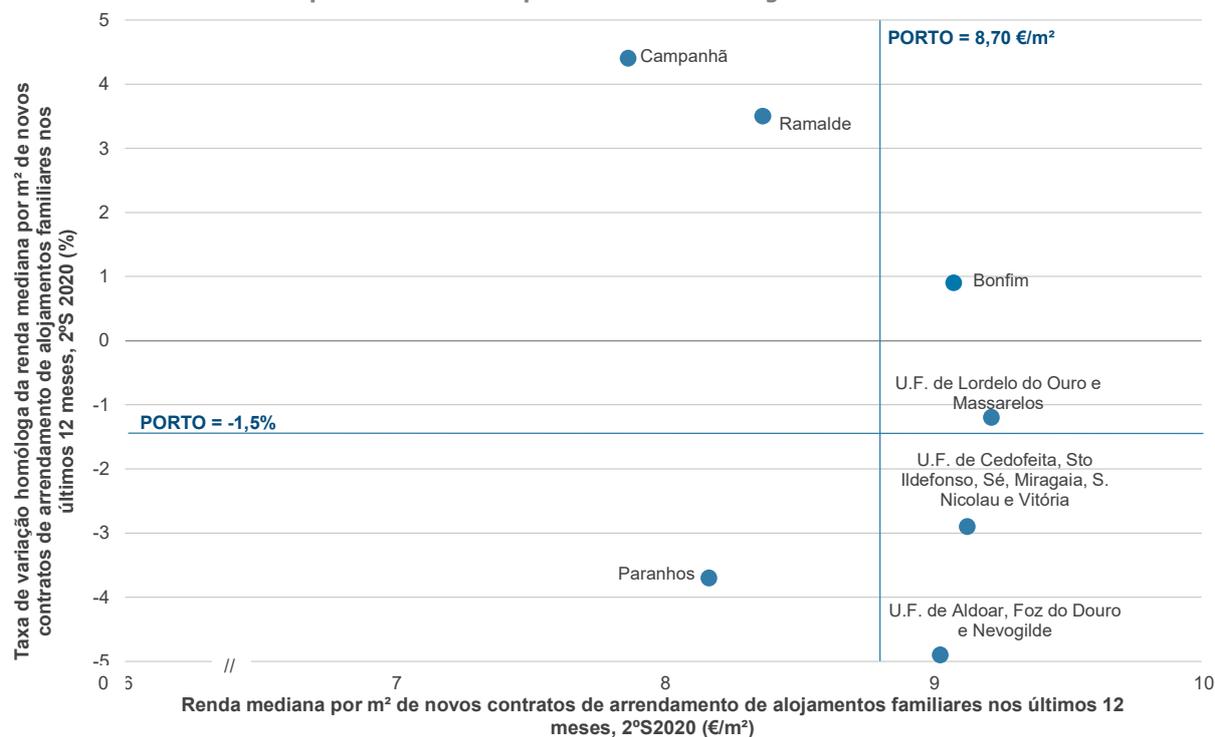


Figura 14: Renda mediana por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, Porto e freguesias, 2ºS 2020

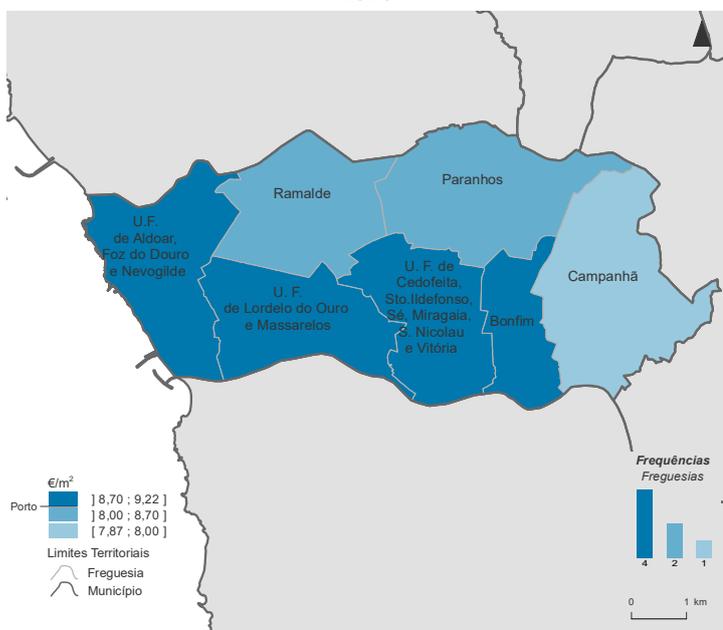
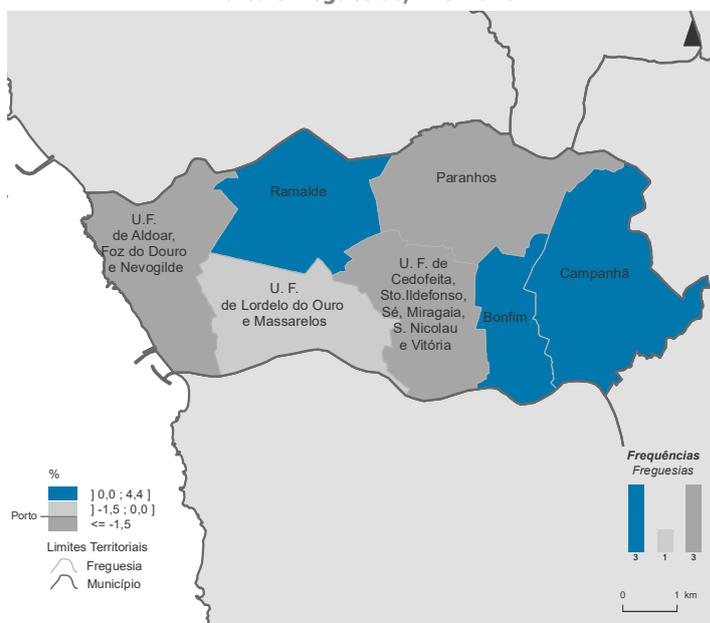


Figura 15: Taxa de variação homóloga da renda mediana por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, Porto e freguesias, 2ºS 2020



Nota técnica

As 'Estatísticas de Rendias da Habitação ao nível local' têm periodicidade semestral e o seu âmbito geográfico é o país. A unidade estatística observada é o alojamento familiar sendo a população alvo os alojamentos familiares com novos contratos de arrendamento destinados à habitação.

As Estatísticas de Rendias da Habitação ao nível local resultam do aproveitamento de fontes administrativas, nomeadamente dos dados fiscais anonimizados obtidos da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), relativos à Declaração do Modelo 2 do Imposto do Selo – Comunicação de contratos de arrendamento (Modelo 2) e ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI). O INE agradece a colaboração da AT para a concretização deste projeto estatístico.

O cálculo das Estatísticas de Rendias da Habitação ao nível local baseia-se na ligação da informação do Modelo 2 (de onde se obtém os valores das rendas de novos contratos de arrendamento) com a do IMI (de onde se retiram as características identificadoras do alojamento arrendado). A ligação entre estas duas fontes administrativas fiscais é efetuada com recurso à variável "artigo gerado".

A informação relativa ao valor dos novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares integra as declarações liquidadas do Modelo 2 referentes à comunicação de contratos de arrendamento. São utilizadas as primeiras declarações e as declarações de substituição de novos contratos de arrendamento relativos a prédios urbanos, com período de renda mensal, em que a finalidade é habitação permanente, e a afetação da respetiva informação proveniente do IMI esteja definida como "Habitação" e como "prédio urbano".

Valor mediano da renda por m² de novos contratos de arrendamento em alojamentos familiares

Valor mediano das rendas por metro quadrado de novos contratos de arrendamento para habitação com área bruta privativa entre 20 m² e 600 m² e valor da renda entre 100 € e 4 000 €.

Novos contratos de arrendamento (N.º) de alojamentos familiares

Número de novos contratos de arrendamento para habitação com área bruta privativa entre 20 m² e 600 m² e valor da renda entre 100 € e 4 000 €.

Os resultados divulgados para cada semestre correspondem à informação registada para o semestre de referência e o semestre anterior. Embora os resultados sejam divulgados semestralmente, os mesmos refletem as rendas e o número de novos contratos de arrendamento associadas ao conjunto de 12 meses, o que permite diminuir o impacto das irregularidades associadas à heterogeneidade dos imóveis arrendados sem deixar de fazer refletir a tendência de evolução do valor e do número de novos contratos de arrendamento, bem como eliminar o efeito de potenciais flutuações sazonais.

Para efeitos de apuramento de resultados destes dois indicadores considera-se, para cada estrato, um número mínimo de 30 transações.

Conceitos

Alojamento: Local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado, transformado ou está a ser utilizado, se destina a habitação com a condição de não estar a ser utilizado totalmente para outros fins no momento de referência.

Alojamento familiar: Alojamento que, normalmente, se destina a alojar apenas uma família e não é totalmente utilizado para outros fins no momento de referência.

Área bruta privativa: Superfície total medida pelo perímetro exterior e eixos das paredes ou outros elementos separadores do edifício ou da fração, incluindo varandas privativas fechadas, caves e sótãos privativos com utilização idêntica à do edifício ou da fração.

Arrendamento: Modalidade do contrato de locação. Diz-se contrato de arrendamento a locação de coisa imóvel, isto é o contrato pelo qual alguém se obriga a proporcionar a outrem o gozo temporário de coisa imóvel mediante retribuição (renda). O arrendamento pode ser rural, urbano ou misto, consoante a natureza rural ou urbana do prédio e o fim a que se destina.

Contrato de arrendamento urbano: Contrato pelo qual uma das partes concede à outra o gozo temporário de um prédio urbano, no todo ou em parte, mediante retribuição.

Imposto Municipal sobre Imóveis: Imposto municipal, de caráter regular, que incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios rústicos e urbanos situados no território português, constituindo receita dos municípios onde os mesmos se realizam.

Prédio: Parte delimitada do solo juridicamente autónoma, abrangendo as águas, plantações, edifícios e construções de qualquer natureza nela incorporados ou assentes com caráter de permanência.

Prédio urbano: Prédio que tenha as seguintes características: esteja licenciado ou tenha como destino normal fins habitacionais, comerciais, industriais ou para serviços; seja terreno para construção situado dentro ou fora de um aglomerado urbano, para o qual tenha sido concedida licença ou autorização de operação de loteamento ou de construção, e ainda aquele que assim tenha sido declarado no título aquisitivo, excetuando-se, o terreno em que as entidades competentes vedem qualquer daquelas operações, designadamente o localizado em zonas verdes, áreas protegidas ou que, de acordo com os planos municipais de ordenamento do território, esteja afeto a espaços, infraestruturas ou a equipamentos públicos.

Renda: Prestação periódica que o inquilino (no contrato de ARRENDAMENTO) está obrigado a pagar ao senhorio.

Renda para habitação: Quantitativo devido mensalmente ao senhorio pela utilização do alojamento/fogo para fins habitacionais.

Renda do alojamento: *Vide* RENDA PARA HABITAÇÃO.

Indicadores no portal

Os resultados semestrais para o período entre o 2º semestre de 2017 e o 2º semestre de 2020 (últimos 12 meses) estão disponíveis em www.ine.pt, na opção Informação Estatística, Dados Estatísticos, Base de dados.

Indicadores com periodicidade semestral, últimos 12 meses (2º semestre 2017 a 2º semestre 2020):

[Valor mediano das rendas por m2 de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares nos últimos 12 meses \(€\) por Localização geográfica; Semestral](#)

[Novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares nos últimos 12 meses \(N.º\) por Localização geográfica; Semestral](#)

[Documento Metodológico Estatísticas de Rendas da Habitação ao nível local](#)